

# Sarney recebe sugestões

O presidente José Sarney já tem em mãos as sugestões apresentadas por sua equipe econômica para o corte no salário do funcionalismo: 1) não pagar a URP em abril e maio e devolver a quantia correspondente na data-base do funcionalismo, em fevereiro; 2) não pagar a URP em abril e maio e devolver parceladamente em seis a 12 meses; 3) usar o efeito *cascata*: funcionários com vencimentos de mais de 14 salários mínimos (CZ\$ 59.472) não receberiam a URP e, abaixo dessa faixa, receberiam uma parcela, tanto maior quanto menor o salário.

Das três propostas, a do efeito *cascata*, que manteria a URP integral para os funcionários que ganham menos de quatro salários mínimos, é considerada a de mais difícil aplicação e a que menor economia daria ao Tesouro. Mesmo assim, é a que conta com maior simpatia no Gabinete Civil do Palácio do Planalto, por defender os salários mais baixos e ser "defensável" politicamente, de acordo com um ministro próximo a Sarney. O efeito *cascata*, se adotado, não duraria mais de seis meses.

**Alternativas** — A medida, segundo assessores da área econômica, atingirá os funcionários civis e militares do Executivo, Legislativo e Judiciário, a partir do próximo mês, e os empregados das estatais, a partir da data de reajuste anual de salários de cada empresa. Há uma quarta alternativa, que, como faz questão de lembrar um dos assessores do ministro do Planejamento, também foi levada ao presidente Sarney: não fazer nada, o que exigiria enorme esforço para contenção das despesas de custeio do governo (itens como papel higiênico, xerox e passagens começariam a faltar) e redução drástica de subsídios e incentivos regionais.

O governo vem ressuscitando estudos para privatização de empresas nas quais não tem interesse e venda das participações minoritárias em empresas privadas. Até a próxima semana, segundo importante assessor da equipe econômica, os ministérios da Fazenda e Planejamento deverão concluir um decreto de privatização de empresas que será submetido ao presidente Sarney.

**Alvos** — Embora despertem atenção dos técnicos, que os consideram ultrapassados, os fundos de investimento do Nordeste (Finor) e da Amazônia (Finam) estão entre os últimos alvos prováveis dos cortes. Economistas da equipe que prepara as medidas de contenção de despesas argumentam que os fundos de investimento regionais não devem ser extintos, mas precisam sofrer redução, já que as áreas beneficiadas ganharam competitividade em relação ao Sul e Sudeste do país, a ponto de crescerem com nível bem inferior de subsídios fiscais. A previsão dos recursos Finor e Finam este ano é de cerca de CZ\$ 110 bilhões, aumento de 500% em relação ao ano passado.

Interessado em não dar às medidas o aspecto de *pacote*, o governo deverá concretizar, de uma vez, todas as medidas em estudo pela equipe econômica. Por isso, muitas propostas poderão ser descartadas, dependendo da evolução das contas do Tesouro — e da situação política.

Apesar disso, a equipe vem mapeando os diversos tipos de subsídio e incentivos que diminuem a receita do governo. Outra alternativa é atacar as deduções concedidas a empresas no Imposto de Renda, como o auxílio-alimentação.